PROJETO DE LEI Nº DE 2003
(DO SR. ALBERTO FRAGA)

Dá nova redação à Lei 7.289/84.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º . A letra “a” do inciso IV do art. 50 da lei 7.289 de 18 de dezembro de 1984 passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art 50 - São direitos dos policiais-militares:

IV -.....

A) a estabilidade, quando Praça com 05 (cinco) anos de tempo de efetivo serviço;”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Busca a presente proposta corrigir um situação que atinge pessoalmente cada integrante da Polícia Militar do Distrito Federal e a própria corporação.

Desde o advento da Constituição Federal de 1988, a figura do servidor vem sendo questionada quanto ao regime jurídico, considerado como

ponto de partida para o aperfeiçoamento da Administração Pública. O texto constitucional ao promover a valorização do servidor público impulsionou várias mudanças nas formas de gestão, com vistas a melhorar a eficiência e eficácia do serviço público.

Sancionado em 1984, o Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal, trouxe como previsão para estabilidade das praças, o período de 10 anos de efetivo serviço. Com essa disposição, somente após dez longos anos na árdua atividade policial os soldados, cabos e sargentos têm direito à almejada estabilidade. Tal prazo cotejado à realidade, se mostra excessivamente longo, além do fato de ser imposto aos profissionais de uma das mais extenuantes atividades laborais.

Submetidos a cada instante com as mais diversas facetas da capacidade humana, os policiais militares se defrontam diariamente com variados tipos de ocorrências policiais, nas quais muitas vezes, ele próprio acaba sendo mais uma vítima.

A Constituição Federal, prevê o tempo de três anos para que os servidores públicos se tornem estáveis, após tomarem posse em cargo público. Esse prazo é suficiente para que a administração pública possa avaliar a eficiência do servidor, mas também serve como proteção para que o servidor com relevantes serviços prestados não seja de qualquer modo preterido em suas atividades. Assim ficaram estabelecidos 03 anos para a estabilidade, prazo que outrora, já na Carta Magna de 1934 era de 02 anos.

Já os policiais militares do Distrito Federal, submetidos a desgastantes escalas de serviço, um regulamento inflexível de obediência à hierarquia e disciplina, além de carregarem sobre os ombros a responsabilidade pela segurança da capital federal e por isso se relacionarem diariamente com altas autoridades, nacionais e internacionais, têm o tratamento desigual de somente obterem a estabilidade após 10 longos anos de serviço.

Para o servidor público, a estabilidade representa a segurança de saber que a perda do cargo somente poderá ocorrer em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo no qual lhe seja assegurada a ampla defesa e o contraditório. Significa dizer que, se para a concessão do direito não de ser atendidas determinadas condições, de igual modo, para a sua cassação, há de se transpor determinados obstáculos que a lei impõe com o intuito específico de impedir o arbítrio e os atos de mera vontade.

O melhor tratamento que queremos estender aos policiais militares não é nenhuma prerrogativa especial, porquanto já é previsto para todos os funcionários públicos. O instituto da estabilidade nasceu há cerca de 62 anos, e representa para o servidor público, a segurança de saber que a perda do cargo somente poderá ocorrer respeitados os pressupostos legais.

Afora isso, ao celebrarmos o prazo que entendemos mais justo, estaremos com a mesma medida dando maior proteção às milhares de famílias que diariamente se vêm órfãs dos pais que labutam pela vida do próximo.

São essas as razões que entendemos legitimar a proposta e pelas quais contamos com o consciente apoio dos nobres colegas parlamentares.

Sala das sessões em 12 de maio de 2003.

Deputado ALBERTO FRAGA